Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 19 a 23 de outubro, em Brasília.

RETA FINAL DO SEGUNDO TURNO, AGENDA LEGISLATIVA & DISPUTA PELO COMANDO DO CONGRESSO

A semana que antecede o segundo turno começou com o primeiro debate entre Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), realizado neste domingo (18), na Band. Marcado por acusações pessoais e divergências sobre corrupção, segurança pública e economia, o encontro abriu uma nova etapa da disputa, na qual declarações e recortes nas redes sociais ganharão destaque. Entre os episódios explorados esteve a entrevista de Roberta Luchsinger à CNN, no sábado (17), quando criticou Lula e manifestou intenção de negociar uma delação premiada.

As manifestações de domingo também evidenciaram estratégias distintas de mobilização. No final de semana, Flávio participou de ato em Vitória-ES, Salvador-BA, Teresina-PI e São Paulo, ao lado de lideranças e apoiadores, enquanto movimentos sociais e artistas promoveram manifestações favoráveis a Lula em diferentes capitais, sem a presença do presidente. As campanhas buscam, simultaneamente, ampliar seu alcance e estimular a participação de suas bases eleitorais.

Em cenário de empate técnico nas pesquisas, o debate da Globo, previsto para sexta-feira (23), deverá concentrar a atenção política como último confronto antes da votação de domingo (25). A Quaest divulgará pesquisa na quarta (21), a Datafolha na quinta (22), e ambos os institutos apresentarão novos levantamentos no sábado (24). Os resultados poderão influenciar a percepção sobre o desempenho das candidaturas nos últimos dias de campanha.

A proximidade do segundo turno condiciona a agenda do Congresso, mas não impediu avanços na última semana. A promulgação da emenda constitucional sobre o fim da escala 6x1, em cerimônia com Lula e os presidentes das Casas, e a aprovação de mudanças nas regras do MEI demonstraram capacidade de convergência em pautas de repercussão social. Em contrapartida, a PEC da Segurança Pública permanece travada no Senado por divergências sobre a redução da maioridade penal.

Paralelamente, as articulações para o comando do Congresso em 2027 ganham intensidade. Hugo Motta (REP/PB) busca permanecer na presidência da Câmara apoiado por um bloco de 240 deputados, formado por União Brasil, PP, PSD, Republicanos, MDB, Federação PSDB-Cidadania e Podemos. A composição fortalece sua capacidade de negociação, mas ainda exige novas adesões, sobretudo diante da intenção do PL de lançar candidatura própria.

No Senado, Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP) articula sua permanência na presidência da Casa e enfrenta oposição do PL, que anunciou a intenção de lançar o senador Rogério Marinho (PL/RN). Com perspectiva de reunir 28 senadores na próxima legislatura, o partido terá força para influenciar a disputa, embora dependa de alianças para conquistar a presidência. Alcolumbre, por sua vez, procura preservar os apoios construídos durante sua gestão.

O resultado presidencial poderá alterar os incentivos dessas negociações, sem determinar automaticamente a escolha dos dirigentes das Casas. Uma vitória de Flávio Bolsonaro ampliaria o peso político do PL; a reeleição de Lula favoreceria a continuidade das interlocuções existentes. Em ambos os cenários, os partidos de centro buscarão manter influência sobre a agenda e os espaços de poder, tornando decisiva a capacidade de Motta e Alcolumbre de construir acordos além das fronteiras partidárias.

Na reta final da disputa eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) intensifica a atenção à campanha digital. A Corte manteve decisão que determina à Meta tratamento isonômico às candidaturas, em meio a questionamentos sobre circulação de conteúdos eleitorais. Com o encerramento da propaganda gratuita no rádio e na televisão na sexta (23) e das atividades permitidas até sábado (24), as redes sociais seguirão como espaço central de repercussão política às vésperas da votação.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** participou, neste domingo (18), do debate presidencial da Band, em São Paulo (SP).

Nesta segunda-feira (19), participou de **ato de campanha em Porto Alegre** (RS), no Largo dos Açorianos.

Na terça-feira (20), estão previstos compromissos em São Luís (MA), Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Na quarta-feira (21), a programação inclui sabatina na Record, em Brasília (DF), e atividades de campanha em Belo Horizonte (MG).

Na sexta-feira (23), está prevista sua participação no debate da TV Globo, no Rio de Janeiro (RJ). No sábado (24), estão programadas atividades de campanha no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP).

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** acompanhou, neste domingo (18), acompanhou **Lula** no debate presidencial da Band, em São Paulo (SP).

Nesta segunda-feira (19), participou de mobilização de campanha em São Bernardo do Campo (SP). Na terça-feira (20), cumprirá agenda em Curitiba (PR), com encontros com apoiadores, empresários e o arcebispo de Curitiba, dom José Antônio Peruzzo.

Casa Civil

Agenda do ministro – **Miriam Belchior** participou, nesta segunda (19), da **assinatura de contratos do Edital Rio Doce Participativo e Comunitário**, acompanhada dos ministros **Antônio Vladimir Lima**, **Alexandre Silveira** e **Fernanda Machiaveli**, em Governador Valadares (MG).

Pela tarde, participou da entrega de 496 unidades habitacionais do Residencial Planalto A, pelo programa **Minha Casa, Minha Vida**, em Ipatinga (MG).

MCTI
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Agenda da ministra – **Luciana Santos** estará de férias entre os dias 20 e 23 de outubro.

Agenda internacional

- ✓ Alicante (Espanha) – Assembleia Geral do Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) e demais reuniões previstas no encontro.

MCom
Ministério das Comunicações

ANATEL
Agência Nacional de Telecomunicações

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizará, na terça (20), a **242ª Reunião do Conselho Consultivo**, cujo início está previsto para 14h, por meio de videoconferência e transmitida no canal da Anatel no YouTube. Dentre os itens da pauta, destacamos: **(i)** apreciação do Relatório Anual de Gestão da Anatel - Exercício 2025; **(ii)** alteração do Regimento Interno do Conselho Consultivo; e **(iii)** composição do Conselho Superior do Ceadi.

Na quarta (21) realizará a segunda audiência pública para receber contribuições da sociedade sobre a proposta de Edital de Licitação para autorização de uso de radiofrequências na faixa de 6 GHz, a minuta de resolução que altera o Regulamento de Condições de Uso de Radiofrequências e o estudo de viabilidade técnica e econômica das obrigações, compromissos e contrapartidas relacionados à proposta.

A audiência ocorrerá no auditório da Gerência Regional da Anatel, localizado na Rua Vergueiro, 3073, Vila Mariana. A participação dos interessados será presencial. A reunião também poderá ser acompanhada ao vivo pelo canal da Anatel no YouTube, mas, nessa modalidade, não será possível realizar manifestações.

MinC
Ministério da Cultura

Agenda da ministra – **Margareth Menezes** participou, nesta segunda (19), do anúncio da **abertura da sede do Centro Cultural do Banco do Brasil** (CCBB), acompanhada de **Jerônimo Rodrigues,** em Salvador (BA).

MF
Ministério da Fazenda

Agenda internacional

- ✓ Lima (Peru) - IAGR *Annual Conference* 2026 *(International Association of Gaming Regulator).*

BACEN
Banco Central do Brasil

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2026 aumentou para US$ 80,15 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano permaneceu em 5,22%. No caso do PIB 2026, os economistas do mercado financeiro apontaram leve recuo da estimativa de crescimento de para 1,83%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 13,25%. A projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2026 diminuiu para R$ 5,13.

MGI
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Agenda ministerial – A ministra Esther Dweck estará de férias entre o dia 19 e 23 de outubro.

MJSP

Ministério da Justiça e Segurança Pública	
ANPD Autoridade Nacional de Proteção de Dados	**Reunião Participativa** – a entidade realizará evento nesta quinta (22) para debate a consulta pública aberta sobre a revisão da Portaria 16/2021 que orienta o processo regulatório no âmbito da Agência.
TCU Tribunal de Contas da União	**Evento** – o tribunal promoverá na terça (20) o evento **"Conectar é Preciso, Proteger é Essencial: o ECA Digital e a segurança de crianças e adolescentes no ambiente digital".** Entre os assuntos em debate estão a verificação de idade nas plataformas digitais, a proteção de dados pessoais, a supervisão dos pais e responsáveis e os desafios para impedir o acesso de crianças e adolescentes a conteúdos inadequados.

Política

Flávio reage e vai a 52% contra 48% de Lula, diz PoderData/Aya. Pesquisa PoderData/Aya realizada entre 16 e 18 de outubro de 2026 aponta que o candidato Flávio alcança 52% das intenções de voto contra 48% do candidato Lula. O levantamento foi feito por telefone, utilizando sistema de Unidade de Resposta Audível (URA), com intervalo de confiança de 95%. Os dados fazem parte do Agregador de Pesquisas do Poder360, que reúne levantamentos eleitorais desde o ano 2000. Durante o período eleitoral, os resultados estão disponíveis para consulta pública, desde que registrados na Justiça Eleitoral e com metodologia completa. O PoderData divulga seus resultados também por meio de infográficos e redes sociais, garantindo transparência e acessibilidade das informações ao público. Fonte: Poder 360.

BTG/Nexus: Flávio Bolsonaro tem 50,3% dos votos válidos, e Lula, 49,7%. Pesquisa BTG/Nexus divulgada na segunda-feira (19) mostra Flávio Bolsonaro (PL) com 50,3% dos votos válidos na disputa pela Presidência da República, e Lula (PT), com 49,7%. Os dois estão empatados tecnicamente. A pesquisa está registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob o código BR-04499/2026 e ouviu 2.002 eleitores de 16 anos ou mais por telefone de sexta (16) a domingo (18). A margem de erro é de dois pontos. A Nexus informa que, a partir deste levantamento, passa a publicar os percentuais com uma casa decimal e que os dados da série histórica também foram convertidos para uma casa decimal para permitir a comparação. Fonte: Folha de S. Paulo.

Vantagem de Lula sobre Bolsonaro cai em 98% das cidades do Nordeste. A cena era inimaginável em 2022, quando Lula (PT) chegou a 71,5% dos votos na cidade contra 23,5% de Jair Bolsonaro (PL). Mas o cenário eleitoral local foi reconfigurado: Lula ainda ganhou em 2026, com 59,3% dos votos, mas Flávio chegou a 35%. Uma diferença que era de 48 pontos caiu para 23,7. O cenário se repetiu em outras cidades nordestinas. Levantamento da Folha aponta que a diferença de votos entre Lula e os candidatos da família Bolsonaro caiu em 98% dos municípios do Nordeste, comparando os primeiros turnos das eleições de 2022 e 2026. A região segue como principal reduto do petista, que teve 21,5 milhões de votos nos nove estados nordestinos. Mas Flávio cresceu comparado a Jair e chegou a 10,4 milhões de votos, um avanço de 18,3%. A diferença de Lula frente aos Bolsonaro teve uma queda maior em cidades pequenas e médias com influência do agronegócio. A queda de Lula e ascensão de Flávio também aconteceram em municípios que passaram a ser comandados por prefeitos de oposição do PT. Fonte: Folha de S. Paulo.

Flávio diz que vai manter o fim da escala 6 X 1 se for eleito. O candidato Flávio Bolsonaro afirmou que, caso seja eleito, manterá o fim da escala 6 X 1, regime de jornada de trabalho que previa seis dias consecutivos de trabalho seguidos de um dia de descanso. Ele também declarou que considera o maior ajuste fiscal que o Brasil pode fazer a saída do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A declaração foi dada no contexto da campanha eleitoral para 2026, reforçando seu posicionamento sobre direitos trabalhistas e ajustes fiscais. Fonte: Poder360.

Economia

Meta fiscal de 2027 é inegociável, diz ministro do Planejamento. O ministro do Planejamento afirmou que a meta fiscal para o ano de 2027 é inegociável, ressaltando a importância do cumprimento dos limites estabelecidos para garantir a estabilidade econômica e o equilíbrio das contas públicas. A declaração reforça o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal, destacando que ajustes e políticas orçamentárias devem respeitar o teto de gastos e as diretrizes previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O ministro enfatizou que a manutenção da meta fiscal é fundamental para assegurar a confiança do mercado financeiro e a sustentabilidade das finanças públicas, especialmente diante dos desafios econômicos atuais. A posição oficial indica que não haverá flexibilização na meta, mesmo com pressões políticas e demandas por aumento de gastos públicos. Fonte: Poder360.

Imposto do pecado': após Fazenda reunir setores, governo deve ter PEC e MP para adiar tributo. O governo federal estuda a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e uma Medida Provisória (MP) para adiar o fim do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), previsto para o final de 2026, e estabelecer o Imposto Seletivo (IS), conhecido como "imposto do pecado". A decisão final caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva após o segundo turno das eleições. A PEC visa evitar um vácuo na arrecadação e ajustar questões identificadas na reforma tributária, enquanto a MP definiria uma carga tributária similar à do IPI para o IS em 2027. A iniciativa foi discutida em reunião no Ministério da Fazenda com representantes da indústria, bebidas e fumo, incluindo entidades como CNI, Ambev, Coca-Cola e Philip Morris. O governo busca garantir previsibilidade e segurança jurídica para 2027, mantendo a arrecadação estimada em R$ 41,996 bilhões com o IS e R$ 636 bilhões com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A proposta pretende dar mais tempo para a adaptação das empresas e preservar a receita federal diante das mudanças tributárias. Fonte: Estado de S. Paulo.

Governo estuda crédito para empresas se adaptarem ao fim da escala 6x1, diz ministro da Fazenda. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, informou que o governo está avaliando a criação de linhas de crédito e programas de capacitação para auxiliar empresas na adaptação ao fim da escala de trabalho 6x1, conforme emenda constitucional promulgada pelo Congresso Nacional. O objetivo é reduzir custos e incentivar investimentos em produtividade. Para micro e pequenas empresas, o Sebrae e outras instituições serão acionados para oferecer treinamentos. Durigan destacou que o impacto da mudança não será exclusivo para empresas de menor porte, pois cerca de 70% dos trabalhadores já seguem a escala 5x2. A jornada 6x1 está mais presente entre trabalhadores de menor renda, mulheres e negros. O ministro reconheceu que haverá custos para as empresas, mas considerou-os minoritários. Sobre desoneração da folha de pagamentos, Durigan evitou comentar, mencionando que o governo planeja linhas específicas para empresas com a entrada em vigor da reforma tributária em janeiro de 2027. Fonte: O Globo.

Ministro do Planejamento defende que pacote de medidas do governo Lula são para mitigar impactos da guerra e desaceleração econômica. O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, afirmou que o pacote de medidas do governo Lula visa mitigar os efeitos da guerra no Oriente Médio e a desaceleração econômica de

forma sustentável. Ele rejeitou a ideia de que as ações tenham cunho eleitoral, destacando que todas as iniciativas com impacto fiscal em 2026 estão previstas no Orçamento e respeitam as regras fiscais. Segundo a Instituição Fiscal Independente do Senado, os benefícios anunciados somam R$ 298,4 bilhões em 2026, incluindo despesas primárias, financeiras, renúncias de receita e recursos do FGTS. Moretti ressaltou que medidas como subsídios a combustíveis e programas sociais são políticas de mitigação de choques externos e desaceleração econômica, não populistas. Ele também explicou que as recentes iniciativas anunciadas, que afetarão o Orçamento de 2027, representam menos de 2% do total das receitas e despesas, podendo ser acomodadas sem alterar o total de gastos. O ministro destacou a necessidade de diferenciar políticas de governo de políticas de campanha, afirmando que o governo atende aos anseios da população dentro dos limites fiscais. Fonte: O Globo.

Judiciário

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizará, nesta quarta-feira (21), sessão presencial do Plenário para apreciar processos que envolvem controvérsias sobre PIS/Cofins, investigação criminal e proteção de dados na internet e distribuição de energia elétrica. Ainda ao longo desta semana, o Plenário virtual da Corte julgará matérias relacionadas à regularização fundiária e ao prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição de tributo declarado inconstitucional.

Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins | O Plenário do STF deve retomar o julgamento do Recurso Extraordinário RE 592.616, interposto pela Viação Alvorada Ltda. em face da União, que discute se o ISS deve integrar a base de cálculo do PIS e da Cofins. A controvérsia constitucional está relacionada ao Tema 118 da repercussão geral acerca do conceito de receita ou faturamento para fins de incidência das contribuições sociais. O então relator, ministro Celso de Mello, votou pela exclusão do ISS da base de cálculo, por entender que o imposto apenas transita pelo patrimônio do contribuinte, enquanto o voto-vista do ministro Dias Toffoli foi em sentido contrário, defendendo a sua inclusão. O julgamento está pendente desde 2024, quando também houve voto do ministro André Mendonça com proposta de tratamento diferenciado para créditos tributários já extintos. O resultado terá repercussão geral e poderá produzir impacto relevante o setor de serviços. Figuram, como *amici curiae*, a Confederação Nacional dos Serviços, a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) e a Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde).

Acesso a registros de conexão e identificação de usuários na internet | A ADC 91 discute a validade do **art. 10, § 1º, do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)**, que condiciona o fornecimento de registros de conexão e de acesso a aplicações de internet a ordem judicial. A controvérsia foi instaurada pela **Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações** (ABRINT) e envolve o equilíbrio entre a proteção da privacidade, da intimidade e dos dados pessoais e as necessidades de investigação e persecução penal. Em voto já apresentado, o relator da ação, ministro Cristiano Zanin, defendeu a constitucionalidade da norma e propôs que a identificação do usuário mediante correlação entre dados cadastrais e registros de conexão ou de acesso dependa de autorização judicial específica, admitindo hipóteses excepcionais de requisição direta, sujeitas a posterior controle judicial. O julgamento foi suspenso após voto do ministro Dias Toffoli. Na mesma sessão, o Tribunal irá apreciar, conjuntamente, a ADI 5.059 da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), e a ADI 5.073 da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), que questionam dispositivos da Lei nº 12.830/2013, quanto às atribuições do delegado de polícia na condução de investigações criminais e à possibilidade de requisição de perícias, informações, documentos e dados necessários à apuração de fatos, especialmente os limites da requisição direta de dados às empresas de telecomunicações e sua compatibilidade com as garantias constitucionais de intimidade, vida privada e sigilo

das comunicações e dos dados. O relator das ADIs, ministro Dias Toffoli, já apresentou voto no sentido de conferir interpretação conforme à Constituição a determinados dispositivos, e o julgamento prosseguirá em sessão presencial após destaque do ministro Cristiano Zanin.

Prazo para repetição de indébito tributário | O Plenário virtual do STF vai apreciar, ao longo desta semana, a ADPF 248 da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que discute o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição de tributo declarado inconstitucional, especialmente diante da mudança de entendimento do STJ sobre o termo inicial da prescrição. O STF já havia reconhecido que a alteração jurisprudencial não poderia retroagir para atingir pedidos que não estavam prescritos quando ajuizados, em razão da segurança jurídica e da proteção da confiança. O julgamento foi relatado pelo então ministro Ricardo Lewandowski e será retomado após pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, com previsão de encerramento nesta sexta-feira (23).

Cenário Internacional

Noruega quer proibir plataformas de jogo 'nocivas' a menores de 16 anos. O governo da Noruega anunciou na segunda-feira (19) que pretende incluir alguns jogos e plataformas de mensagens em seu projeto de proibição de redes sociais para menores de 16 anos. A gestão alterou um projeto de lei do tema, que deve ser apresentado até o fim do ano, para incluir as "plataformas nocivas". São consideradas "nocivas" as redes ou plataformas que, "por seu design, suas características ou seus conteúdos, representam um risco para o desenvolvimento emocional, cognitivo ou para a saúde das crianças, ou para sua segurança", afirmou o governo. Aplicativos como TikTok, Snapchat e o jogo Roblox, em seu estado atual, também deverão enfrentar restrições. "Hoje existem certas plataformas que se apresentam como jogos, mas que na verdade estão repletas de recursos como sistemas de recomendação algorítmica e publicidade ilegal direcionada às crianças", declarou a ministra da Infância e da Família, Lene Vagslid. Fonte: Folha de S. Paulo.

Microsoft desiste de acordo para data center no Reino Unido em momento crucial para planos de IPO da Nscale. A Microsoft desistiu de um acordo para um data center no Reino Unido com a britânica Nscale, especializada em infraestrutura de computação em nuvem para inteligência artificial, em um momento crucial para as perspectivas de abertura de capital da startup, informou o jornal The Telegraph. O jornal não apresentou uma razão específica para a decisão da gigante americana de tecnologia de abandonar o acordo referente ao empreendimento em Loughton, no condado de Essex, mas afirmou que o projeto vem enfrentando uma série de atrasos. Segundo a publicação, as autoridades informaram à Nscale que não esperam fornecer energia à instalação antes da década de 2030. O principal empreendimento da Nscale na Noruega também está seis meses atrasado, com apenas 6,4 megawatts dos 30 megawatts de capacidade previstos para o data center em operação. Fonte: O Globo.

Último Foco

Passado o 2º turno, Fux deve decidir se MP das Bets vale ou não. Após o segundo turno das eleições, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, deverá decidir sobre a validade da Medida Provisória (MP) que regulamenta as apostas esportivas no Brasil, conhecida como MP das Bets. A decisão é aguardada devido a questionamentos jurídicos sobre a constitucionalidade e os efeitos da medida. A MP das Bets tem impacto direto no setor de jogos e loterias, envolvendo interesses econômicos e regulatórios. A definição do

STF será fundamental para estabelecer a segurança jurídica necessária para o funcionamento do mercado de apostas esportivas no país. Fonte: Poder360.

Ciberataque na França expõe vulnerabilidades de aparelhos smart. O recente ciberataque na França evidenciou as vulnerabilidades de aparelhos conectados à internet, especialmente dispositivos da chamada internet das coisas (IoT), que incluem equipamentos sem interface direta, como geladeiras inteligentes. Hackers podem explorar falhas técnicas ou credenciais comprometidas para acessar e controlar remotamente esses dispositivos, causando impactos físicos, como o risco de incêndio em supermercados devido ao aumento da temperatura em geladeiras. Casos semelhantes foram registrados no Reino Unido e nos Estados Unidos, envolvendo ataques a redes de supermercados e empresas de alimentos, resultando em prejuízos financeiros e interrupção de operações. Além de eletrodomésticos, dispositivos domésticos conectados, como câmeras de segurança, termostatos e roteadores, também são alvos frequentes, podendo ser usados para roubo de dados ou como porta de entrada para redes maiores. Veículos conectados à internet também apresentam riscos, com vulnerabilidades que já permitiram controle remoto de automóveis. Embora infraestruturas críticas possuam múltiplas camadas de segurança, dispositivos de consumo conectados a redes domésticas permanecem mais suscetíveis a ataques. A crescente conectividade demanda atenção redobrada para a proteção desses equipamentos. Fonte: Poder360.

ANPD cobra Meta sobre suspensão de contas e remoção de posts. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) deu um prazo de cinco dias para que a Meta, empresa controladora do Facebook e Instagram, explique a suspensão de contas e a remoção de publicações nas redes sociais. A medida ocorre em meio ao período eleitoral de 2026, com o objetivo de garantir transparência e respeito às normas de proteção de dados e liberdade de expressão. A ANPD busca esclarecer os critérios adotados pela Meta para as ações de moderação de conteúdo, especialmente em relação a possíveis impactos na igualdade entre campanhas eleitorais. A empresa deverá detalhar as justificativas técnicas e legais para as suspensões e remoções, além de informar sobre os mecanismos de recurso disponíveis aos usuários afetados. A iniciativa reforça o papel da ANPD na fiscalização do uso de dados pessoais e na proteção dos direitos dos cidadãos no ambiente digital durante o processo eleitoral. Fonte: G1 Notícias.

TSE dá 24 horas para Meta comprovar tratamento igualitário a Lula e Flávio Bolsonaro. O ministro Marco Aurélio Bellizze, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), deu 24 horas para que a Meta comprove que fornece tratamento igualitário às candidaturas de Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) em seus algoritmos ou sistemas de IA (inteligência artificial). De acordo com o magistrado, a empresa não atendeu satisfatoriamente à decisão do plenário do TSE de não favorecer candidaturas: fixou prazos por conta própria, alegou "dificuldades técnicas", apresentou relatórios em inglês e anexou documentos descontextualizados. "Incumbe às partes cumprir com exatidão as decisões judiciais, e não criar embaraços à sua efetivação", escreveu Bellizze. Se a Meta descumprir o novo prazo, a multa diária vai passar de R$ 500 mil para R$ 1 milhão, alertou o relator. Fonte: Folha de S. Paulo.

Novo presidente de comissão que revisa Código Civil prevê projeto mais enxuto. O senador Efraim Filho (PL-PB) afirma querer enxugar o projeto que revisa o Código Civil e se concentrar apenas em trechos sobre os quais há consenso. Efraim assumiu a presidência da Comissão Temporária para Atualização do Código Civil do Senado com a ida do ex-senador Rodrigo Pacheco para o TCU (Tribunal de Contas da União). Pacheco era presidente do colegiado e Efraim, vice. "Você tem coisas como o direito digital, toda essa parte de evolução de conceitos que precisam avançar. Hoje em dia os contratos são digitais, então essas coisas têm que ser atualizadas. Não dá para viver na era do papel", diz Efraim. Fonte: Folha de S. Paulo.

Erika Hilton afirma estar recolhendo assinaturas para instalar CPI das 'big techs'. A deputada federal Erika Hilton (Psol-SP) anunciou, no sábado (17), que está recolhendo assinaturas para instalar uma Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI) das “big techs”, após a Meta, empresa dona de plataformas de redes sociais como o Facebook, Instagram e WhatsApp, admitir falhas técnicas durante a campanha eleitoral. Para a criação de uma CPI na Câmara dos Deputados, são necessárias ao menos 171 assinaturas. Em publicação nas redes sociais, Erika afirmou que a comissão pretende investigar “os abusos cometidos por empresas como a Meta” durante as eleições. Segundo a deputada, a CPI deve ser instalada independentemente do resultado das urnas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) se enfrentam no segundo turno. Fonte: Valor Econômico.

Uso de IA por estudantes avança mais rápido que a regulação da tecnologia pelas universidades. No Brasil, 84% dos universitários afirmaram usar ferramentas de inteligência artificial generativa nos estudos em 2025. Dois anos antes, eram 52%. Os dados são do AI Index Report 2026 do Instituto de Inteligência Artificial Centrada no Ser Humano (HAI), da Universidade de Stanford. No mesmo período, um levantamento de pesquisadores brasileiros mapeou 111 instituições públicas de ensino superior do país (69 federais e 42 estaduais), e encontrou apenas 27 documentos institucionais sobre o uso desse tipo de tecnologia em atividades acadêmicas. O descompasso entre o uso de ferramentas de IA por estudantes e a resposta das universidades não se restringe a instituições públicas. Fonte: Folha de S. Paulo

Perdão de dívidas deve alcançar 3,6 milhões de MEIs. O perdão das dívidas tributárias dos microempreendedores individuais (MEIs) e o aumento do teto de faturamento da categoria aprovados pelo Senado ainda dependem da sanção presidencial e só devem passar a valer em 1º de janeiro de 2027, mas provocaram dúvidas sobre sua abrangência. O perdão de dívidas tributárias deve alcançar cerca de 3,6 milhões de MEIs com débitos inscritos na Dívida Ativa da União, segundo o Ministério do Empreendedorismo. Juntos, eles devem R$ 12,57 bilhões, uma média de R$ 3.473 por pessoa. Mas o número de beneficiados pode ser maior, já que o texto também inclui os débitos que ainda não chegaram à Dívida Ativa. Fonte: O Globo.